

A CRISTALIZAÇÃO DA IDADE MÉDIA NA LITERATURA BRASILEIRA

Elizabeth Dias *MARTINS*¹

Resumo:

Sob o tema “Releituras da tradição medieval”, trataremos do processo de cristalização estética, um dos conceitos operacionais da Teoria da Residualidade, em obras da literatura brasileira que contêm resíduos da Idade Média que não tivemos de fato. A cristalização consiste no aproveitamento estético de resíduos literários e culturais realizado por artistas, entre os quais, os escritores. No caso, examinaremos como alguns resíduos da cultura medieval foram cristalizados, proporcionando obras-primas em nossa literatura.

Palavras-chave: Teoria da Residualidade, *O Guarani*, Cristalização, Idade Média

Abstract:

Based on the theme “Re-reading of the Medieval Tradition”, we will tell about the esthetic crystallization process, one of the operational concepts of the Theory of Residuality, in works of the Brazilian Literature that bring residues of the Middle Age, historic period that didn't exist in Brazil in fact. The crystallization consists of an esthetic reuse of literary and cultural residues made by artists, for instance writers. In this case, we will analyze how some residues of the medieval culture were crystallized, providing masterpieces in our Literature.

Keywords: Theory of Residuality, *O Guarani*, Crystallization, Middle Age.

Para uma abordagem do tema “Releituras da tradição medieval”, trataremos do processo de *cristalização estética*, um dos conceitos operacionais da Teoria da *Residualidade*, num clássico da literatura brasileira que contém *resíduos* da Idade Média, período histórico não admitido cronologicamente pela historiografia nacional no tocante ao Brasil, segundo registro Hilário Franco Junior, não se tratando exatamente “da Idade Média na sua ampla diversidade, senão uma certa Idade Média, cavaleiresca, fantástica” (MOISÉS, 2001, p. 60). É que “a transmissão desses padrões culturais se dá através do contato entre povos no processo civilizatório” (PONTES, 1999, p. 01), que implica a hibridação cultural também havida nos povos europeus e a *cristalização*, pois:

com os primeiros portugueses aqui chegados com a missão de firmar domínio do império luso nos trópicos americanos, não vieram em seus malotes volumes *d'Os Lusíadas* nem das *Rimas* de Luís de Camões, publicados em edição princeps apenas, respectivamente, em 1572 e 1595. Na bagagem dos nautas, degredados, colonos, soldados, e nobres aportados em nosso litoral, entretanto, se não vieram exemplares impressos de romances populares da Península Ibérica nem os provenientes da Inglaterra, Alemanha e França, pelo menos aqueles homens trouxeram gravados na memória os que divulgavam

¹ Professora Associada do Departamento de Literatura e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará. Doutora em Letras pela PUC-Rio.

pela reprodução oral das narrativas em verso. Assim, desde cedo, e à mingua de uma Idade Média que nos faltou, recebemos um repositório de composições mais do que representativo da Literatura oral de extração geográfica e histórica, cujas raízes estão postas na Europa ibérica do final da Idade Média, justamente quando ganhavam definição as línguas românicas (PONTES, 1999, p. 513).

A *cristalização* consiste no aproveitamento estético de *resíduos* literários e culturais realizado por artistas, entre os quais, os escritores. É um processo de polimento, de recriação, reaproveitamento do *resíduo*, que por ser matéria viva, eivada de possibilidades, dá à cristalização um caráter de infinitude. Ao modo da fênix mitológica, o *resíduo*, por ser algo que se mantém através da mentalidade e do imaginário dos povos, torna a cristalização um processo plural e também dinâmico tal qual a essência residual.

Neste caso, examinaremos como alguns resíduos da cultura medieval foram *cristalizados*, proporcionando obras-primas na nossa literatura brasileira, a exemplo do romance *O guarani*, de José de Alencar.

Romance escrito em 1857 *O Guarani* remonta ao tempo de 1604 e se coloca na linha de composição de Walter Scott, visando à afirmação e exaltação do passado nacional, passado este que, em relação a Portugal, diz respeito à Idade Média. No tocante ao Brasil, deveria corresponder à Renascença, mas corresponde em tudo, de fato, ao período medieval, segundo considerações do professor Massaud Moisés, que defende havermos sido plasmados por padrões medievais da concepção cavaleiresca.

No romance em foco, sobejam matizes mediévidos da vassalagem amorosa e cavaleiresca, expressos em elementos da cultura do período, como os de lealdade, obediência, fidelidade, honra, nobreza, fidalguia, senhorio, religiosidade e demonismo. Levem-se em conta personagens como Antônio de Mariz e Peri, cujos modos e ações são de cavaleiros exemplares, e os aventureiros/cavaleiros que, sob a guarda e proteção do Senhor Mariz, se comportam como fiéis vassalos e corajosos cavaleiros – na guerra ao inimigo, na atividade da caça e ainda na defesa de seu senhor. Mostraremos através de exemplos que o romance de Alencar apresenta *resíduos* probantes da *cristalização* da mentalidade medieval e romântica no que diz respeito à matéria cavaleiresca e alguns dos demais elementos antes aludidos de feição medieval.

A presença do espírito da cavalaria no Novo Mundo permite constatar, passados séculos e transpostos continentes, que no Brasil aquela instituição medieval foi tomada como modelo na nossa melhor ficção. Esta é uma ampliação, sem dúvida, da cultura ibérica chegada até nós por meio da colonização, de modo que o historiador das mentalidades Peter Burke se dá ao encargo de analisar a *residualidade* das novelas de cavalaria tanto no Nordeste quanto no Sul do Brasil, a partir igualmente da hibridação cultural, pondo em destaque que o contexto fronteiro é importante para este ideal cavaleiresco. O autor inglês defende que as novelas de cavalaria constituem parte da cultura ocidental, com especial significado para o povo brasileiro (BURKE, 2000, p 186).

Passemos a compulsar as passagens do romance alencariano, para demonstrar como este incorpora *residualmente* os valores medievais referentes à matéria cavaleiresca, que nos foram transferidos pela cultura ibérica.

Já no primeiro capítulo, intitulado “Cenário”, temos a descrição da casa de Antônio de Mariz, a qual mantém as características de um verdadeiro castelo medieval. Antônio de Mariz encarna a figura do senhor feudal e com ele se estabelece o senhorio. No tocante à fidelidade,

lembramos o episódio do juramento de Antônio de Mariz ao Rei de Portugal, à pátria e à nacionalidade portuguesas:

A derrota de Alcácer-Quibir, e o domínio espanhol que se lhe seguiu, vieram modificar a vida de D. Antônio de Mariz. Português de antiga têmpera, fidalgo leal, entendia que estava preso ao rei de Portugal pelo juramento da nobreza, e que só a ele devia preito e menagem. Quando pois, em 1582, foi aclamado no Brasil D. Felipe II como o sucessor da monarquia portuguesa, o velho fidalgo embainhou a espada e retirou-se do serviço.[...] Depois, vendo que esta expedição não se realizava, e que seu braço e sua coragem de nada valiam ao rei de Portugal, **jurou** que ao menos lhe guardaria fidelidade até a morte. Tomou os seus penates, o seu brasão, as suas armas, a sua família, e foi estabelecer-se naquela sesmaria que lhe concedera Mem de Sá. Aí, de pé sobre a eminência em que ia assentar o seu novo solar, D. Antônio de Mariz, erguendo o vulto direito, e lançando um olhar sobranceiro pelos vastos horizontes que abriam em torno, exclamou: — Aqui sou português! Aqui pode respirar à vontade um coração leal, que nunca desmentiu a fé do **juramento**. Nesta terra que me foi dada pelo meu rei, e conquistada pelo meu braço, nesta terra livre, tu reinarás, Portugal, como viverás n’alma de teus filhos. Eu o juro! (ALENCAR, p. 6)

Sabemos que os cavaleiros, uma vez sagrados, seguiam um código especialmente pautado em três compromissos: ser obediente à Igreja, defender seus pastores e seu patrimônio; ser fiel à palavra empenhada e demonstrar lealdade perante todos; ser generoso e prestar assistência aos mais frágeis e desprotegidos; (PASTOUREAU, 1989, p. 48)

A instituição da nobreza implica a formação de cavalarias; os reis, príncipes e senhores acercavam-se de ministeriais para ajudá-los em serviços domésticos, políticos, administrativos e militares, e, sobretudo acercavam-se de combatentes a cavalo (LE GOFF, SCHIMITT, 2002, p.284-285), os cavaleiros medievais, que n’*O Guarani* se fazem presentes naqueles aventureiros que serviam ao senhor Antônio de Mariz em explorações e correrias pelo interior do Rio de Janeiro, reunindo “ao mesmo tempo aos recursos do homem civilizado, a astúcia e agilidade do índio, de quem haviam aprendido: eram uma espécie de guerrilheiros, soldados e selvagens ao mesmo tempo” (ALENCAR, p.14). O cavaleiro sertanejo de Alencar se encontra entre o *milites* e o cavaleiro medieval:

a cavalaria surge no século XI. A categoria dos *milites* (em latim popular, *caballarii*) difunde-se largamente por volta do ano 1000, primeiro na França do Centro e do Norte, mais tarde, no século XI, nas regiões mediterrâneas, e por fim pelo resto da cristandade. Esses *milites* são ao mesmo tempo guerreiros a serviço dos senhores mais importantes e guardiões de castelos a serviço de castelãos, muitos dos quais tendo-se emancipado e tornado eles próprios cavaleiros independentes ao longo dos séculos XI e XII”. (LE GOFF, 2009, p. 111)

Antônio de Mariz *residualmente* encarna a figura do senhor feudal e com ele se estabelece o senhorio. Ele é o chefe que impõe o seu poder de comando, julgamento e castigo (LE GOFF, SCHIMITT, 2002, p.6) a todos os aventureiros que vivem no Paquequer, sua casa, sob disciplina militar rigorosa, mas justa, segundo nos diz o narrador. E o que se lê a seguir, nas palavras de Pastoureau, bem se aplicaria aos cavaleiros da casa forte do Senhor Antônio de Mariz, pois aqueles cavaleiros:

são iguais de direito, mas não o são de fato. Existe uma espécie de ‘proletariado cavalariano’, cujos rendimentos, montarias e mesmo as armas dependem dos poderosos (reis, condes, barões), aos quais devem viver atrelados. Esses cavaleiros necessitados, ricos de gloriosas esperanças mas pobres de feudos, são geralmente

jovens que aguardam a sucessão paterna ou que a falta de fortuna condena a servir um protetor”. (PASTOUREAU, 1989, p. 46)

Quanto à indumentária, é curiosa a aproximação e ao mesmo tempo o distanciamento que há no modo como foram vestidos e armados os cavaleiros do Paquequer, na recriação alencarina:

Um troço de cavaleiros, que constaria quando muito de quinze pessoas, costeava a margem direita do Paraíba. Estavam todos armados da cabeça até aos pés além da grande espada de guerra que batia as ancas do animal, cada um deles trazia à cinta dois pistoletes, um punhal na ilharga do calção, e o arcabuz passado a tiracolo pelo ombro esquerdo.

E na maneira como se preparavam os cavaleiros medievais para as gestas:

A armas indumentária dos cavaleiros “as principais armas são a longa espada de gume duplo, a lança com cabo de madeira de freixo ou de faia e ponta larga de ferro e o escudo de madeira revestido de couro que tomava diversas forma: circulares, oblongas ou ovóides. A rígida couraça dos romanos dá lugar à brunea, um gibão de couro recoberto de escamas de metal imbricadas como as telhas de um telhado. O elmo geralmente não é mais que uma calota de ferro, as vezes formada por uma armadura metálica revestida de couro”. (LE GOFF, 2009, p. 109)

Sem dúvida que os cavaleiros sertanejos, portando aqueles trajes e aquelas armas estavam imbuídos de um ideal de luta igualmente em obediência ao juramento de honra ao seu senhor, sendo esta uma revivificação do que captamos e constatamos no espírito dos cavaleiros da tábua mediévia.

Dentro dessa perspectiva de composição *residual* análoga ao *imaginário* cavaleiresco que compõe *mentalidade* medieval, todos os aventureiros passam pelo ritual de iniciação² para ingresso no contingente do senhor Antônio de Mariz, porém, um deles, Loredano, contrariando as virtudes da “Justiça, sabedoria, caridade, lealdade, verdade, humildade, fortaleza, esperança, esperteza (astúcia), e as outras virtudes semelhantes que pertencem ao cavaleiro quanto à alma” (LLULL, Ramon. *O livro da ordem de cavalaria* p.31), se mostra um cavaleiro às avessas. Ele é um aventureiro, que apesar de “sagrado” pela cerimônia de adubamento: “não usa da fé e é contrário àqueles que mantêm a fé, é como entendimento de homem a quem Deus tem dado a razão e usa de desrazão e de ignorância.” (LLULL, 2000, p. 23)³

² Trata-se da cerimônia medieval do *adubamento*. Esclarece Hilário Franco em nota ao verbete “Cavalaria”, de Jean Flori, in *Dicionário temático do Ocidente medieval* (Org. LE GOFF, Jacques;SCHIMITT, Jean-Claude). Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 190: “Este termo técnico (*adoubement*) não está dicionarizado em português, mas o verbo adubar nas acepções de “equipar”, “preparar”, “temperar”, decorre destes mesmos sentidos do francês *adouber* (significativamente surgido em 1080 na *Chanson de Roland*, do qual derivou por volta de 1150 aquele substantivo para indicar a cerimônia de entrega das armas e equipamento que fazia de alguém um cavaleiro.”

³ Sobre o ritual de iniciação do cavaleiro medieval, o pesquisador José William Craveiro Torres publicou artigo em coautoria com seu orientador de mestrado, Dr. Roberto Pontes, em que analisa os aspectos clássicos do referido ritual de passagem residualizados na cerimônia de adubamento do cavaleiro na Idade Média. TORRES, José William Craveiro, PONTES, Roberto. “Resíduos Clássicos no Rito Iniciático do Cavaleiro Medieval”. In: MONGELLI, Lênia Márcia de Medeiros. (Org.). *De Cavaleiros e Cavalarias: por Terras de Europa e Américas*. 1ª ed. São Paulo: Humanitas, 2012, v. 01, p. 233-246.

Chegamos a este ponto, e com este personagem, a outro aspecto que é o demonismo, presente não só nos atos e falas de Loredano, quando o narrador compara a um ritual satânico o momento em que os aimorés estão preparando Peri para o festim, para se banquetear com suas carnes, episódio descrito como se fosse realmente um Sabá, um ritual satânico. Conforme afirmei em texto anterior sobre o mesmo romance⁴:

No momento em que lemos a alusão [...] à palavra *sabbat*, no texto de Alencar, temos a clara demonstração de uma mentalidade residual a remontar à visão de mundo dos jesuítas que aqui estiveram no período colonial, os quais comparavam os rituais de cura, e de antropofagia aos rituais satânicos, de acordo com a visão da Igreja medieval. Isto porque consoante ao modo de ver dos “enviados de Deus” para salvar os índios, estes eram tidos tidos por eles como “bárbaros” e “endemoninhados”. (MARTINS, 2007, p. 281)

Ao se revelar um verdadeiro apóstata, um desistente de Deus, que renuncia e abandona a crença religiosa, renegando a fé, se mostra enganador, infiel ao juramento de honra, demitindo-se do ofício de cavaleiro: “cavaleiro que quer ser senhor e quer despossuir seu senhor, não segue o ofício pelo qual é chamado cavaleiro” (LLULL, 2000, p.29). Por esta razão, nele se desfez em si mesmo a Cavalaria, pois:

Como o ofício de Cavalaria é feito e ordenado por Deus e se mantém por aqueles que amam a Ordem de Cavalaria e que estão na Ordem de Cavalaria, por isso, o malvado cavaleiro que se vai da Ordem de Cavalaria desamando o ofício da Cavalaria, desfaz em si mesmo a Cavalaria” (LLULL, 2000, p.31)

Do exposto, concluímos que há muitos indícios de medievalismo respeitantes à matéria cavaleiresca em *O guarani*, cabendo ainda inúmeras indicações e considerações acerca das passagens da obra atinentes ao assunto ora tratado, e que a medievalidade do contida no assunto é um *resíduo cultural* recorrente na *mentalidade* de autores de Língua Portuguesa em períodos e obras diversos, sempre através do recurso cultural e estético da *crystalização*.

Referências Bibliográficas

BURKE, Peter. *Formas de história cultural*. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. v. II. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LE GOFF, Jacques. *Heróis e maravilhas da Idade Média*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

⁴ No texto “O medievalismo residual no romance *O guarani*.” (In: PONTES, Roberto, MARTINS, Elizabeth Dias (Org.). *Anais VII Encontro Internacional de Estudos Medievais*. Fortaleza: UFC, 2007. p. 275-282.), apontamos no livro de Alencar, de modo abrangente, aspectos *residuais* do período medieval nele contidos, contemplando aspectos do amor cortês, do tradição cavaleiresca, do culto mariano, do demonismo, da religiosidade. No presente texto, abordamos especialmente os caracteres *residuais* referentes à matéria cavaleiresca contida no mesmo romance pelo viés da *crystalização*, conceito operacional da Teoria da *Residualidade*.

LLULL, Ramon. *O livro da ordem de cavalaria*. Trad. Ricardo Costa. São Paulo: Editora Giordano, 2000.

MARTINS, Elizabeth Dias. O medievalismo residual no romance *O guarani*. In: PONTES, Roberto, MARTINS, Elizabeth Dias (Org.). *Anais VII Encontro Internacional de Estudos Medievais*. Fortaleza: UFC, 2007. p. 275-282.

MOISÉS, Massaud. Vestígios da Idade Média na ficção romântica brasileira. In: VAZ LEÃO, Ângela (org.). *Anais do IV Encontro Internacional de Estudos Medievais*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2001. p. 59-73.

PASTOUREAU, Michel. *No tempo dos cavaleiros da Távola redonda*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PONTES, Roberto. Residualidade e mentalidade trovadoresca no Romance Clara Menina. In: TAVARES, Maria do Amparo (org.) *Atas III Encontro Internacional de Estudos Medievais*. Rio de Janeiro: Editora Ágora da Ilha, 1999. p. 513-516.

TORRES, José William Craveiro, PONTES, Roberto. Resíduos Clássicos no Rito Iniciático do Cavaleiro Medieval. In: MONGELLI, Lênia Márcia de Medeiros. (Org.). *De Cavaleiros e Cavalarias: por Terras de Europa e Américas*. 1ª ed. São Paulo: Humanitas, 2012, v. 01, p. 233-246.

RECEBIDO EM 31/07/2015
ACEITO EM 20/08/2015